EXTRATO DAS DECISÕES APROVADAS NA SESSÃO DE 22/09/2020

1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.30375/2019
ASSUNTO: Pedido de autorização para frequentar curso
INTERESSADA: Promotora de Justiça Rita de Cássia Pires Bezerra Cavalcanti
RELATORA: Conselheira Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp
DECISÃO: O Colegiado, à unanimidade, decidiu homologar a desistência do pedido de autorização de afastamento para frequentar curso, determinando o arquivamento dos autos, nos termos do voto da Relatora.

2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIGA N° 06644/2020 (SIMP nº 003.0.12200/2020)
ASSUNTO: Pedido de autorização para frequentar curso
INTERESSADA: Promotora de Justiça Ana Emanuela Cordeiro Rossi Meira
RELATOR: Conselheiro Adivaldo Guimarães Cidade
DECISÃO: O Colegiado, à unanimidade, decidiu autorizar a Promotora de Justiça requerente a se afastar de suas funções, sem prejuízo de sua remuneração, para frequentar o Curso de Mestrado Científico em Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, fixando, por maioria, que a referida autorização vigorará de 06 de outubro de 2020 a 05 de outubro de 2022, nos termos do voto do Relator. Vencida a Corregedora-Geral, que autorizava o afastamento por até 12 meses.

3. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIGA N° 06639/2020 (SIMP nº 003.0.12201/2020)
ASSUNTO: Pedido de autorização para frequentar curso
INTERESSADO: Promotor de Justiça Leandro Marques Meira
RELATOR: Conselheiro Adriani Vasconcellos Pazelli
DECISÃO: O Colegiado, à unanimidade, decidiu autorizar o Promotor de Justiça requerente a se afastar de suas funções, sem prejuízo de sua remuneração, para frequentar o Curso de Mestrado Científico em Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, fixando, por maioria, que a referida autorização vigorará de 06 de outubro de 2020 a 05 de outubro de 2022, nos termos do voto do Relator. Vencida a Corregedora-Geral, que autorizava o afastamento por até 12 meses.

4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 003.0.21769/2019
ASSUNTO: Pedido de autorização para frequentar curso
INTERESSADO: Promotor de Justiça Moacir Silva do Nascimento Júnior
RELATOR: Conselheiro Adriani Vasconcelos Pazelli
DECISÃO: O Colegiado, à unanimidade, decidiu homologar a desistência do pedido de autorização de afastamento para frequentar curso, determinando o arquivamento dos autos, nos termos do voto do Relator.

5. PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.16087/2018 e 003.0.6601/2019 - Apenso
ASSUNTO: Pedido de autorização para frequentar curso
INTERESSADO: Promotor de Justiça Dario José Kist
RELATORA: Conselheira Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp
DECISÃO: O Conselho, à unanimidade, decidiu autorizar o Promotor de Justiça requerente a se afastar de suas funções, sem prejuízo de sua remuneração, para conclusão e defesa de tese de Doutorado na Faculdade de Direito de Lisboa, em

conformidade com autorização anteriormente concedida por meio das Resoluções nº 149, de 06 de setembro de 2016, e nº 111, de 03 de julho de 2018, no período de 11 de janeiro de 2021 a 11 de março de 2021, nos termos do voto da Relatora.

6. PROCEDIMENTO SIGA Nº 7615/2020.
ASSUNTO: Proposta de Alteração da Resolução nº 066, de 19 de dezembro de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público, que disciplina o afastamento das funções por Membros do Ministério Público, para frequência a seminários, congressos e cursos no país ou no exterior.
PROPONENTES: Procuradoras de Justiça Integrantes da Comissão Permanente de Atualização e Revisão do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, Conselheiras Regina Maria da Silva Carrilho, Maria de Fátima Campos da Cunha, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
DECISÃO: Julgamento adiado.

7. PROCEDIMENTO SIGA Nº 7636/2020.
ASSUNTO: Proposta de Alteração da Resolução nº 039, de 23 de abril de 2019, do Conselho Superior do Ministério Público, que dispõe sobre os critérios objetivos para as promoções e remoções por merecimento dos Membros do Ministério Público.
PROPONENTES: Procuradoras de Justiça Integrantes da Comissão Permanente de Atualização e Revisão do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, Conselheiras Regina Maria da Silva Carrilho, Maria de Fátima Campos da Cunha, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
DECISÃO: Julgamento adiado.

8. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

8.1. Inquérito Civil nº 592.0.180868/2014
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Conselhos > Conselho da Comunidade.
Interessado(a)(s): Município de Andorinha.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.2. Inquérito Civil nº 597.9.64556/2017
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Flora > Meio Ambiente > Área de Preservação Permanente.
Interessado(a)(s): Raymundo Luiz Santana Barboza, Agapito Pereira da Silva.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.3. Inquérito Civil nº 646.0.186005/2012
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: 11ª Promotoria de Justiça de Itabuna.
Assunto: Direito do Consumidor > Irregularidade no atendimento.

Interessado(a)(s): Santa Casa de Misericórdia de Itabuna, Hamilton Vitorio de Souza, Hospital Manoel Novaes, Kaliana de Almeida Fontes.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.4. Procedimento Ministerial nº 593.0.141568/2016
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil.
Interessado(a)(s): Marco Antônio Silva da Câmara.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.5. Inquérito Civil nº 592.9.34860/2019
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Domínio Público > Bens Públicos > Utilização de bens públicos.
Interessado(a)(s): Município de Senhor do Bonfim.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.6. Procedimento Ministerial nº 592.9.144185/2018
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Acumulação de Cargos.
Interessado(a)(s): Município de Andorinha.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.7. Inquérito Civil nº 708.9.8389/2018
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Poluição.
Interessado(a)(s): Geraldo Jacobsen, Lina Fernandes, Pedro Otávio Banrdão de Carvalho.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu não homologar o arquivamento, com recomendação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.8. Inquérito Civil nº 117.0.117004/2016
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Edmilson Carvalho, Manoel Silva, Fabiana Carvalho.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação parcial do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.9. Procedimento Ministerial nº 190.9.31790/2018
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio > Educação Pré-escolar.
Interessado(a)(s): Município de Nazaré, Escola Comunitária Dom João Bosco.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela não homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.10. Inquérito Civil nº 003.9.64493/2018
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Salvador.
Assunto: Direito Processual Penal > Denúncia/Queixa > Recebimento.
Interessado(a)(s): Concessionária Bahia Norte S/A, Rogério Nascimento Silva, Associação de Moradores Jardim Campo Verde – CEASA.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.11. Procedimento Ministerial nº 234.9.152985/2018
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: Promotoria de Justiça de Prado.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Enriquecimento ilícito.
Interessado(a)(s): Mayra Pires Brito, Antônio Eduardo Santana da Ressureição, Zilmar Barbosa dos Santos, Odilei Queiroz Matos, Luciana Pires de Oliveira, Katharina Transportes e Locação de Máquinas LTDA, Geo Transporte Turismo e Construções LTDA.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.12. Procedimento Ministerial nº 702.9.148595/2017
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Associação Cristã Monte Sinai de Serrolândia, Companhia Baiana de Pesquisa de Mineração e Água Mineral.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.13. Inquérito Civil nº 003.0.167380/2008
Relator(a): Regina Maria da Silva Carrilho.
Origem: Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Adélia Maria Marelin, Superintendência de Urbanização da Capital – SURCAP.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação parcial do

arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.14. Inquérito Civil nº 600.9.12886/2020
Relator(a): Adivaldo Guimarães Cidade.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Poluição.
Interessado(a)(s): Luana Costa dos Santos Santos, Paulo Henrique dos Santos Brito.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.15. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 598.9.212995/2019
Relator(a): Maria Augusta Almeida Cidreira Reis.
Origem: 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Município de Juazeiro, Associação dos Servidores do Órgão Gestor de Trânsito e Transporte de Juazeiro – ASSOGESTRAM.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo conhecimento e improvimento do recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.16. Inquérito Civil nº 003.9.9571/2017
Relator(a): Maria Augusta Almeida Cidreira Reis.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá.
Assunto: Direito Eleitoral > Administração da Justiça Eleitoral > Conduta Vedada a Agente Público.
Interessado(a)(s): Cláudio Alberto Gusmão Cunha, Márcio Junior Balest, Ministério Público Eleitoral.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.17. Procedimento Ministerial nº 003.9.111446/2019
Relator(a): Maria Augusta Almeida Cidreira Reis.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Dalton Emir Pereira.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.18. Inquérito Civil nº 608.0.163394/2009
Relator(a): Maria Augusta Almeida Cidreira Reis.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Jequié.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): José Tudes Novato Filho.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação parcial do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.19. Recurso Administrativo nº 003.9.123430/2020
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.

Origem: Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo > Questões de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão > COVID-19.
Interessado(a)(s): Dahyan Wagner da Silva Silveira.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo conhecimento e improvimento do recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.20. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 702.9.211258/2019
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Francisco Rocha Pires Filho, Município de Jacobina.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo conhecimento e improvimento do recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.21. Inquérito Civil nº 152.9.154413/2018
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Osvaldino Novaes.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.22. Inquérito Civil nº 152.9.154405/2018
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Juscelito Santos Barbosa.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.23. Inquérito Civil nº 152.9.154417/2018
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Renilton Alves Ferreira.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.24. Inquérito Civil nº 152.9.154404/2018
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Julmário Barbosa Araújo.

Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.25. Inquérito Civil nº 152.9.154401/2018
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): João Pereira do Lago.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.26. Inquérito Civil nº 702.9.191994/2017
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina.
Assunto: > Meio Ambiente > Poluição
Interessado(a)(s): Aguinaldo de Oliveira Barbosa – Representante Moradores Loteamento Teresinha Fernandes, Juraci Gomes de Souza.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.27. Inquérito Civil nº 677.0.218055/2016
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Brumado.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público Meio Ambiente > Fauna.
Interessado(a)(s): Sociedade de Brumado. Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.28. Inquérito Civil nº 692.1.125970/2006
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Servidor Público Civil > Regime Estatutário > Nepotismo.
Interessado(a)(s): Maria Eva dos Santos Trindade, Lúcio de Barros Lima, Prefeitura Municipal de Candiba, Câmara Municipal de Candiba.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.29. Inquérito Civil nº 681.0.243678/2015
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Tratamento Médico-Hospitalar.
Interessado(a)(s): Município de Euclides da Cunha, Marlene de Souza Alves Reis.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.30. Inquérito Civil nº 681.0.243678/2015
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.

Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público Serviços > Saúde > Tratamento Médico-Hospitalar.
Interessado(a)(s): Município de Euclides da Cunha, Marlene de Souza Alves Reis.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.31. Inquérito Civil nº 025.0.179430/2009
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: Promotoria de Justiça de Belo Campo.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s) Prefeitura Municipal de Belo Campo, Auto Posto Pantanal LTDA.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.32. Inquérito Civil nº 003.0.168044/2016
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador.
Assunto: Direito do Consumidor.
Interessado(a)(s): Empresa de Limpeza Urbana de Salvador – LIMPURB, Eriton Moura Rocha, Lázaro Cesar Santos Souza.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.33. Inquérito Civil nº 676.0.84675/2011
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa.
Assunto: Direito Penal.
Interessado(a)(s): A Sociedade.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.34. Inquérito Civil nº 003.1.44852/2005
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: ª Promotoria de Justiça de São Francisco de Conde.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa.
Interessado(a)(s): Antônio Carlos Vasconcelos Calmon, Maria Veronice Santos Rosa, Dário Alves Rego.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.35. Procedimento Ministerial nº 705.0.45560/2012
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Garantias Constitucionais > Pessoa Idosa > Direitos e Garantias Fundamentais.
Interessado(a)(s): Casa de Repouso São Vicente de Paulo Afonso.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.36. Inquérito Civil nº 597.0.41586/2013
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Saneamento.
Interessado(a)(s): Município de Igrapiuna.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.37. Procedimento Ministerial nº 592.9.232086/2019
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Licitações > Modalidade / Limite / Dispensa / Inexigibilidade.
Interessado(a)(s): Francisco de Souza Andrade Neto, Edivaldo Martins Correia.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.38. Inquérito Civil nº 593.0.211353/2015
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Barreiras.
Assunto: Direito Penal.
Interessado(a)(s): Sinval Castro Vilasboas, Arnaldo Alves do Monte.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo não conhecimento da homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.39. Procedimento Ministerial nº 035.9.16313/2020
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: Promotoria de Justiça de Cachoeira.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Fauna.
Interessado(a)(s): Roque Carlos Pereira da Cruz.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo não conhecimento da homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.40. Inquérito Civil nº 052.0.173315/2016
Relator(a): Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp.
Origem: Promotoria de Justiça de Itambé.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário.
Interessado(a)(s): Gilberto Neves Costa.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo não conhecimento da homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.41. Procedimento Ministerial nº 597.9.100107/2018
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Valença.
Assunto: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Abuso Sexual.
Interessado(a)(s): Joanita Silva Santana, Cilinho.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.42. Procedimento Ministerial nº 597.9.38731/2018
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Valença.
Assunto: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Abuso Sexual.
Interessado(a)(s): Uejila Conceição Oliveira, Alan Borges dos Santos.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.43. Inquérito Civil nº 705.0.227973/2015
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Infração Administrativa.
Interessado(a)(s): Gestor da Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, Tribunal Eleitoral da Bahia 84ª Zona Eleitoral – Paulo Afonso, Vice Prefeito de Paulo Afonso – Jugurta Nepomuceno Agra.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.44. Procedimento Ministerial nº 696.9.44256/2018
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Candeias.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio > Matrícula.
Interessado(a)(s): Elane Alves Vasconcelos, Prefeitura Municipal de Candeias.
Decisão: Retirado de pauta.

8.45. Inquérito Civil nº 003.0.211588/2015
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Iomar Machado.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.46. Procedimento Ministerial nº 003.9.185652/2019
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Floriano Machado dos Santos, SEDUR.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo não conhecimento da homologação do arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.47. Procedimento Ministerial nº 681.0.177473/2016
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público.

Interessado(a)(s): Hospital Municipal de Quijingue.
Decisão: Retirado de Pauta.

8.48. Procedimento Ministerial nº 608.9.79402/2018
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Jequié.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Poluição.
Interessado(a)(s): Supermercado Cidade Sol, Thaiane Freire Fontoura.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.49. Inquérito Civil nº 674.0.64744/2016
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Recursos Hídricos.
Interessado(a)(s): Erivaldo Trindade Motta, Fórum Alagoinhense para o Desenvolvimento sustentável – FADES.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.50. Procedimento Ministerial nº 655.0.104611/2007
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Gandu.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Emetério da Palma Ferreira, Município de Gandu, Ayonara Lopes Caribé.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.51. Inquérito Civil nº 003.9.208153/2018
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Thiago dos Santos Molina, Secretaria Municipal de Educação de Salvador.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.52. Inquérito Civil nº 705.0.206738/2014
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Ademi Vieira Barros, Prefeitura Municipal de Glória.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.53. Inquérito Civil nº 003.9.269227/2017
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra a Ordem Econômica.
Interessado(a)(s): Elisa Barreto, Nordeste Estacionamento do Brasil LTDA.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.54. Procedimento Ministerial nº 003.9.55938/2018
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Catu.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Flora.
Interessado(a)(s): Pedro Roberto Santos.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.55. Procedimento Ministerial nº 003.9.43293/2019
Relator(a): Márcia Regina dos Santos Virgens.
Origem: Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Fundação Carlos Chagas, Marcos Danilo Lima S. Filgueiras de Souza.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.56. Procedimento Ministerial nº 701.9.117814/2018
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça de Itapetinga.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Prime Show e Eventos Eireli.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.57. Procedimento Ministerial nº 593.0.109036/2012
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras.
Assunto: Direito Penal.
Interessado(a)(s): Paulo Maracajá Pereira, Jusmari Terezinha de Souza Oliveira.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.58. Inquérito Civil nº 681.0.158936/2013
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços >

Ensino Fundamental e Médio > Transporte.
Interessado(a)(s): Clóvis Cavalcante da Silva, Município de Quijingue.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.59. Inquérito Civil nº 696.9.29301/2018
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Candeias.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário > Empregado Público / Temporário > Admissão / Permanência / Despedida.
Interessado(a)(s): Suênia da Rohca Silva, Luís Antônio Peixoto de Santana.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.60. Inquérito Civil nº 167.0.213744/2012
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Parcelamento do Solo.
Interessado(a)(s): José Augusto Monteiro de Oliveira, Pousada Too Cool.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.61. Inquérito Civil nº 676.1.95098/2005
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Inquérito / Processo / Recurso Administrativo.
Interessado(a)(s): Alfredo de Oliveira Magalhães Júnior, Domingos Ribeiro da Silva.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.62. Inquérito Civil nº 152.9.154373/2018
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): André Santos.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.63. Inquérito Civil nº 681.0.68885/2013
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Concessão / Permissão / Autorização > Água e/ou Esgoto.
Interessado(a)(s): A Sociedade Quijingue.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.64. Inquérito Civil nº 719.9.40662/2017
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Seabra.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): José Luiz Maciel Rocha, Mônica Gomes Gonçalves de Castro Luz, Município de Seabra.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo não referendo do declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.65. Inquérito Civil nº 596.0.114417/2016
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Moradores da Tapera I.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.66. Procedimento Ministerial nº 692.0.201710/2016
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Município de Guanambi.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.67. Inquérito Civil nº 152.9.154374/2018
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Aureliano Barbosa de Souza.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.68. Inquérito Civil nº 701.9.112969/2018
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Valter Silva Oliveira, Jeferson Trindade Pedreira, Prefeitura Municipal de Itapera.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.69. Inquérito Civil nº 644.9.177274/2017
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista.

Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativo.
Interessado(a)(s): Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, Secretaria de Educação do Estado da Bahia.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.70. Inquérito Civil nº 152.9.154371/2018
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Alba de Jesus Patrocínio.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento com Termo de Ajustamento de Conduta, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.71. Procedimento Ministerial nº 003.9.234618/2019
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça de Barra da Estiva.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos.
Interessado(a)(s): Município de Ibicoara, Rafael Alves Conceição Filho.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo conhecimento e improvimento do recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.72. Procedimento Ministerial nº 323.9.127520/2018
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça de Irará.
Assunto: Direito do Trabalho > Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios > Salário / Diferença Salarial > Piso Salarial da Categoria / Salário Mínimo Profissional > Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios > Salário / Diferença Salarial > Reajuste Salarial.
Interessado(a)(s): APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia de Irará, Servidores da Educação de Irará.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo conhecimento e improvimento do recurso, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.73. Inquérito Civil nº 593.0.148865/2012
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras.
Assunto: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Seguro.
Interessado(a)(s): A Sociedade.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.74. Inquérito Civil nº 608.0.33279/2012
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Jequié.
Assunto: Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Produto Impróprio.
Interessado(a)(s): Delegacia Federal de Agricultura na Bahia.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos

do voto do(a) Relator(a).

8.75. Procedimento Ministerial nº 003.9.45979/2019
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça de Itambé.
Assunto: Direito Penal > Crimes contra a Organização do Trabalho > Frustração de direitos assegurados por lei trabalhista.
Interessado(a)(s): Carla Geovana Cunha Rossi.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.76. Inquérito Civil nº 719.0.246209/2013
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Seabra.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário.
Interessado(a)(s): Município de Seabra.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.77. Inquérito Civil nº 699.0.15089/2014
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Companhia Agrícola Volta do Rio.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.78. Inquérito Civil nº 597.0.41593/2013
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Saneamento.
Interessado(a)(s): Município de Pirai do Norte.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.79. Procedimento Ministerial nº 003.9.81772/2020
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador.
Assunto: Direito do Consumidor > Práticas Abusivas > Questões de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão > COVID-19.
Interessado(a)(s): Venha Mundo Creche e Escola. Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.80. Inquérito Civil nº 003.0.77518/2011
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade

Administrativa – GEPAM.
Assunto: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível > Entidades de atendimento.
Interessado(a)(s): Superintendência de Controle e Ordenamento do Solo do Município de Salvador. – SUCOM.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.81. Inquérito Civil nº 719.0.204470/2014
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Seabra.
Assunto: Direito da Criança e do Adolescente > Seção Cível.
Interessado(a)(s): Município de Ibitiara.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.82. Inquérito Civil nº 167.9.128364/2019
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Reserva legal.
Interessado(a)(s): Eliezer de Jesus Santos.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.83. Inquérito Civil nº 702.9.226335/2017
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Serviços > Saúde > Hospitais e Outras Unidades de Saúde.
Interessado(a)(s): Município de Jacobina.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.84. Procedimento Ministerial nº 003.9.203130/2019
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Meio Ambiente > Poluição > Meio Ambiente > Gestão Ambiental > Meio Ambiente > Revogação/Concessão de Licença Ambiental.
Interessado(a)(s): Luis lázaro Gois Xavier, Solange Moreira Martins.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.85. Procedimento Ministerial nº 116.9.67482/2018
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esplanada.
Assunto: Direito Penal > Crimes contra o Patrimônio > Apropriação indébita Previdenciária.
Interessado(a)(s): Rufina Soares do Carmo.

Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.86. Procedimento Ministerial nº 003.9.86059/2019
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Operações Urbanas Consorciadas > Serviços > Concessão / Permissão / Autorização > Água e/ou Esgoto.
Interessado(a)(s): Wilson Santos de Jesus.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.87. Inquérito Civil nº 591.9.95660/2018
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Centennial Brasil Torres de Telecomunicação LTDA.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.88. Inquérito Civil nº 285.0.210537/2013
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): NBTS, A Sociedade.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.89. Inquérito Civil nº 699.1.15723/2005
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba.
Assunto: Direito Penal > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético > Crimes contra a Flora.
Interessado(a)(s): Companhia Agrícola Volta do Rio.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

8.90. Inquérito Civil nº 111.0.11428/2014
Relator(a): Adriani Vasconcelos Pazelli.
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Dias D´Ávila.
Assunto: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público.
Interessado(a)(s): Secretaria Municipal de Saúde de Dias D´Ávila.
Decisão: O Conselho, por unanimidade, decidiu homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Salvador, 22 de setembro de 2020.

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA
Procurador-Geral de Justiça Adjunto
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, em exercício

CLEONICE DE SOUZA LIMA
Corregedora-Geral do Ministério Público

CONSELHEIROS: Washington Araújo Carigé, Regina Maria da Silva Carrilho, Maria de Fátima Campos da Cunha, Adivaldo Guimarães Cidade, Maria Augusta Almeida Cidreira Reis, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp, Márcia Regina dos Santos Virgens, Adriani Vasconcelos Pazelli e Ricardo Régis Dourado.//